



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E A DISTÂNCIA - PROEAD
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO, PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS E INTERDISCIPLINARES

MARINÉSIO DE OLIVEIRA MOTA

A INFLUÊNCIA DA REVOLUÇÃO DE 30 NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE
CULTURAL DA PARAÍBA

Princesa Isabel – PB

2014

MARINÉSIO DE OLIVEIRA MOTA

**A INFLUÊNCIA DA REVOLUÇÃO DE 30 NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE
CULTURAL DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao curso de Especialização Fundamentos da Educação Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba em convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Estado da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof.º Dr. José Pereira da Silva

Princesa Isabel – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M917i Mota, Marinésio de Oliveira

A influência da revolução de 30 na formação da identidade cultural da Paraíba [manuscrito] : / Marinésio de Oliveira Mota. - 2014.

25 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Ped. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Me. José Pereira da Silva, Departamento de Educação".

1 Revolução 2. Paraíba 3. João Pessoa I. Título.

21. ed. CDD 981

MARINÉSIO DE OLIVEIRA MOTA

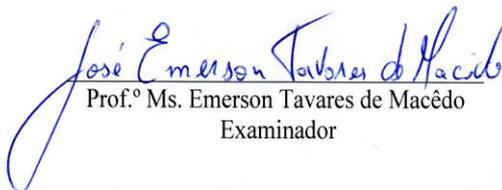
**A INFLUÊNCIA DA REVOLUÇÃO DE 30 NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE
CULTURAL DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba em convênio com a Secretaria de Educação Estado da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

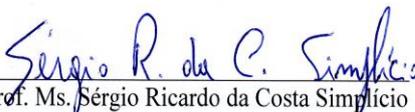
Aprovada em 26 de julho de 2014



Prof.º Dr. José Pereira da Silva/UEPB
Orientador



Prof.º Ms. Emerson Tavares de Macêdo
Examinador



Prof. Ms. Sérgio Ricardo da Costa Simplicio
Examinador

RESUMO

Neste trabalho buscamos abordar, a partir de uma bibliografia específica a Revolução 1930, um dos principais marcos históricos do nosso país, por ser o período que o Brasil vinha se recuperando de uma bruta crise financeira, devido à como explicar seu produto gerando diversas revoltas pelo país, envolvendo a participação de Paraíba como um dos estados mais prejudicado. Portanto nossa pesquisa busca o entendimento de como ocorreu essa revolução principalmente no estado da Paraíba, com destaque para a figura de João Pessoa seu ingresso na vida política e busca desvendar causas e consequências de sua morte trágica e como o povo paraibano se encontrará no momento desse conflito armado.

Palavras chaves: Revolução Paraíba e João Pessoa.

ABSTRACT

In this work we looked for to approach, starting from a bibliography it specifies, the Revolution 1930, one of the main historical marks of our country, for being the period that Brazil came if recovering of a rude financial crisis, due to the how to explain his/her product generating several revolts for the country, involving the participation of Paraíba as one of the most prejudiced states. therefore our research search the understanding of as it happened that revolution mainly in the state of Paraíba, with prominence for the illustration of his/her João Pessoa entrance in the political life and search to unmask causes and consequences of his/her tragic death and as the people paraibano he/she will be in the moment of that armed conflict.

Key words: Revolution, Paraíba and João Pessoa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1	10
1.1 A Paraíba na década de 30	12
1.2 O movimento político	14
CAPÍTULO 2	17
2.1 Antecedentes de João Pessoa	17
2.2 A formação política	19
2.3 Conflitos: João Pessoa x José Pereira	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

INTRODUÇÃO

A seguinte pesquisa monográfica teve por finalidade retratar o período da Revolução de 1930 no Brasil. Destacando a participação do estado da Paraíba nesta revolução. Nossa pesquisa abordará pontos relevantes que se destacaram no governo de João Pessoa, e no cenário da revolução.

Grandes analistas da política brasileira tem nos últimos anos revisitado este acontecimento (Revolução de 1930), seja para adquirir mais informações sobre esse fato ou para enfatizar as transformações ocorridas na sociedade e no Estado brasileiro após a ascensão ao poder do novo grupo político ou para descaracterizar a ruptura tradicionalmente apontada após 1930.

No estado da Paraíba aconteceu um dos capítulos mais importantes, pois a revolução vinculou-se de tal maneira à ação político-administrativo do presidente João Pessoa, que este terminou como ator histórico cuja morte precipitou sua deflagração.

Em 1929 quando houve a sucessão nacional, foi quando de fato João Pessoa começou seu envolvimento com a Revolução. Ao rompimento da aliança café-com-leite, no qual permitia a burguesia paulista controlar, no âmbito nacional, a política monetária e cambial, e a negociação no exterior de empréstimos para a compra das sacas excedentes, portando, uma política de intervenção ainda mais ativa que garantia aos cafeicultores lucros seguros, que por meio desta aliança São Paulo e Minas se revezaram no exercício da presidência da república, onde o presidente Washington Luiz, fixou-se na candidatura de outro paulista Júlio Preste.

Formaram-se dezessete estados, mas a Paraíba foi esquecida, viu-se então que atendidas as recomendações de Epitácio Pessoa, uma desconfiança dele e seu sobrinho com relação aos mineiros surgiu a partir daí, mas se eles conseguissem candidatos de outros estados a Paraíba deveria acompanhá-los.

Com isto, a dependência em relação aos estados vizinhos refletia principalmente na arrecadação tributária do estado e essa era uma das principais preocupações de João Pessoa logo após assumir a presidência da Paraíba.

A sua indicação ao cargo foi apresentada por seu tio e chefe da principal oligarquia, a Epiteticista, e dar-se devido a uma crise administrativa criada por seu antecessor, João Suassuna. Uma vez no poder, Suassuna não foi bem sucedido. Administrativamente, favoreceu a cultura algodoeira e valeu-se da prefeitura da capital para renovação das posturas desta.

Portanto, Suassuna representou o coronelado sertanejo no poder, em seu governo, os chefes políticos tiveram o poder inteiramente livres, que se organizou estrutura paralela de poder, contraria ao estado. Graves conflitos tiveram lugar em Ingá, Areia, Catolé do Rocha, Misericórdia, Rio Tinto, Teixeira, Água Branca e Princesa Isabel. Nesses lugares a oposição não dispunha de garantias porque o governo atuava como parte nas disputas locais.

O presente trabalho busca descrever momentos importantes da revolução de 1930, possibilitando a estudantes, pesquisadores e sociedade, tornarem-se conhecedores de um marco histórico que agregou ambiente e sociedade de localidades tão próximas da nossa convivência.

No primeiro capítulo discutimos os antecedentes da Revolução de 1930 na Paraíba discutindo o movimento político, no segundo capítulo discutimos os antecedentes de João Pessoa no cenário político da Revolução, sua formação política apresentando os conflitos entre João Pessoa e José Pereira.

CAPÍTULO I

ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO DE 1930

A Revolução de 1930 significou o final da primeira República no Brasil, também chamada: República Velha, República das Oligarquias, República dos Coronéis; que se iniciou com o golpe militar comandado por Deodoro da Fonseca, em 1889 e vai até 1930, durando pouco mais de 40 anos.

Começou a República com dois militares na direção do país: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, importantes personagens que estiveram à frente do golpe de 1889 e o outro que deu o golpe constitucional em 1891, como vice-presidente, pela Constituição da época devia fazer a eleição para Presidente, apossou-se do poder até o fim do mandato do seu antecessor.

O Partido republicano tinha sido fundado em São Paulo em 1870 e por isso São Paulo se achava no direito de comandar o Brasil. Então tivemos Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves.

Quando se preparava um quarto presidente paulista, que seria Bernardino de Campos, houve uma reação dos outros estados, principalmente Minas Gerais. Minas há esse tempo era o mais importante Estado brasileiro, no sentido de ser o mais populoso e ter a maior representação política. Minas Gerais não aceitou.

Ainda no governo de Rodrigues Alves foi firmado o pacto de Ouro Preto, uma cidade mineira onde houve o encontro da cúpula governamental brasileira, onde se iniciou o esquema que ficou conhecido como “política do café com leite”. Café com leite porque São Paulo era o maior produtor de café e Minas Gerais se destacava na criação do gado leiteiro. Essa política se inicia com o presidente mineiro Afonso Pena que não chegou a concluir o mandato, pois veio a falecer.

Na sucessão de Afonso Pena começou a surgir uma série de disputas e terminou se impondo a candidatura de Hermes da Fonseca, que era o Ministro da Guerra, sobrinho de Deodoro da Fonseca, contra a qual São Paulo se levantou, apoiando o nome civil mais ilustre de então, que era Rui Barbosa. No final de contas, Hermes da Fonseca venceu.

Depois que a política do café-com-leite voltou, entra o presidente mineiro Venceslau Braz em 1914, depois veio o presidente paulista novamente, o ex-presidente Rodrigues Alves. Ocorre que Rodrigues Alves, eleito em 1918 não chegou a assumir. Aconteceu com

Rodrigues Alves o mesmo que viria acontecer, quase setenta anos depois com Tancredo Neves.

Eleito, adoeceu, não assumiu e morreu pouco depois do dia em que deveria tomar posse. Rodrigues Alves foi vítima de uma pandemia, que cobriu o mundo todo, que a denominou “gripe espanhola”. Assumiu o vice-presidente Delfim Moreira, que era mineiro.

Neste interim deveria haver a eleição para o cargo de presidente, a qual foi realizada elegendo o paraibano Epitácio Pessoa, que estava chefiando a delegação brasileira à Conferência de Paz de Versalhes, ao final da Primeira Guerra Mundial. Antes da eleição de Epitácio Pessoa surgiram especulações sobre a indicação de mineiros ou paulistas.

Foram três concorrentes para a presidência: Epitácio Pessoa, depois o mineiro Arthur Bernardes e o paulista Washington Luís. Nessa sucessão significava que o ciclo, café-com-leite, coubesse a um mineiro e o mais indicado era o presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos, pertencente à família mais ilustre da política brasileira, descendente direito de Martim Francisco que era irmão de José Bonifácio.

Washington Luís tinha um nome em vista, que nem seria mineiro nem paulista, era um gaúcho. O Rio Grande do sul ocupava uma situação interessante, era um estado todo diferente. A constituição do Rio Grande do Sul permitia a reeleição.

Naquele tempo os estados tinham um peso muito mais forte do que hoje. E a legislação federal determinava que cada estado escolhesse a maneira de votar. Então havia três opções: o voto secreto, o voto chamado semi-secreto e o voto aberto, declarado.

O voto secreto, nenhum estado adotou, dos vinte estados de então, dezenove adotaram o voto semi-secreto. Era assim chamado porque o eleitor quando chegava à cabine dizia ao dirigente da mesa: quero votar em fulano ou no partido tal, recebia a cédula e colocava na urna.

Na apuração, as urnas eram misturadas e assim não se identificava de quem era o voto. Mas no Rio Grande do Sul o voto era aberto, declarado. Havia uma cédula onde o eleitor escrevia o nome do candidato e assinava em baixo. Há indícios de que Washington Luís via com bons olhos a candidatura de Getúlio Vargas para evitar a de Antônio Carlos, terminou Getúlio Vargas não saindo como candidato de Washington Luís.

Então ele fez a pior de todas as indicações: indicou o governador de São Paulo, um paulista sucedendo ao outro. Recaiu sua escolha no nome de Júlio prestes. Iniciou-se então um movimento muito sério, a oposição cresceu, Antônio Carlos se articulou e lança Getúlio Vargas como candidato, em julho 1929.

A eleição seria realizada a 1º de março de 1930, de forma que a campanha foi deflagrada muito cedo. Essa era, mais ou menos, a situação política do Brasil. Mas, no ano de 1922 houve um fato importante, eclodiu uma das primeiras revoltas do movimento tenentista.

O movimento formado por oficiais jovens que não estavam aceitando mais aquela situação. Houve a revolta do forte de Copacabana, da qual um dos participantes veio a ter uma demorada influência na política brasileira, o então tenente Eduardo Gomes.

No Sul do Brasil houve um encontro com revoltosos que tinham se revoltado no Rio Grande do Sul, comandados por um capitão, que também veio a ser um dos nomes fortes da história do Brasil, Luíz Carlos Prestes. Essa junção transformou-se numa coluna que percorreu todo o Brasil, chamada Coluna Prestes. Ela era formada pelas colunas de Prestes e Miguel Costa, mas ficou conhecida como coluna Prestes. Passou por grande parte do país, subiu, foi ao Maranhão, desceu pelo nordeste, travou um combate na Paraíba, em Piancó, voltou, passou pela Bahia, terminou se internando na Bolívia.

Em 1929, surgiu um clima especial. Primeiro o cansaço da política oligárquica, segundo a revolta de uma parte da oligarquia contra a quebra das regras estabelecidas do café-com-leite e terceiro todo esse movimento militar. Tudo isso veio a resultar na Revolução de 1930.

1.1 - A Paraíba na década de 1930

A Paraíba, também possuiu um ciclo oligárquico, teve nomeado o presidente do estado, que depois tomou o nome de governador, um cidadão que era juiz de direito de Catolé do Rocha: Venâncio Neiva, indicado simplesmente porque era irmão de dois oficiais que tinham participado do golpe militar de 15 de novembro: João e Tude Neiva.

[...] Esse pequeno grupo controla as políticas sociais e econômicas em benefício de interesses próprios. Além de um governo em que uma minoria se impõe sobre a maioria; chama-se assim também a um grupo social privilegiado que usufrui de vantagens políticas e econômicas por meio do autoritarismo (REZENDE, 1998, P. 54).

Para completar o governo de Venâncio, como governador do estado, veio Eptácio Pessoa, para ser secretário Geral, que também tinha um contraparentesco com Venâncio (a mãe de Eptácio era irmã da esposa de um dos irmãos de Venâncio Neiva) e o outro foi Coelho Lisboa, que era um propagandista republicano, o qual em pouco tempo rompeu.

Quando Deodoro saiu da presidência, forçado a renunciar, houve uma derrubada quase geral nos governos estaduais. Então na Paraíba, vem um oficial do exército que estava servindo na Bahia, o qual recebe um telegrama do Presidente da República dizendo que viesse assumir o governo da Paraíba Chamava-se Álvaro Machado.

Este instalou um domínio político de vinte anos. Nesses vinte anos, o governo foi liberado por seus irmãos, era um domínio familiar completo, vez por outra tinham movimentos armados de chefes políticos, de proprietários rurais, que se levantavam com jagunços, com cabras armados.

Em 1912 morre Álvaro Machado, terminando seu domínio. Houve uma tentativa de conciliação que durou três anos. Em 1915 há o rompimento e se instala o domínio de Eptácio pessoa. Eptácio tentou contemplar várias alas do partido e foi fortalecido quando chegou à presidência da república.

Em 1928, Eptácio Pessoa resolveu indicar um sobrinho para a sucessão paraibana, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, um dos possíveis herdeiros políticos de Eptácio. Eptácio Pessoa não tinha filhos, mas tinha três sobrinhos que eram considerados possíveis herdeiros dele. João Pessoa fez uma administração em que realmente modificou uma porção de coisas.

Foi escolhido João Pessoa como candidato. Naquele tempo existiam dois partidos políticos. Os partidos mais importantes era o Partido Republicano Paulista – PRP, Partido Republicano Mineiro - PRM e o Partido Republicano Riograndense – PRR. Já na Paraíba tínhamos o Partido Republicano, comandado por Eptácio Pessoa e o Partido Republicano Conservador, dirigido pelos adversários de Eptácio, tendo a frente um cidadão que não exercia cargo político, mas que era um grande chefe político, que era o desembargador Heráclito Cavalcanti.

As eleições para Presidência da Republica, Senado Federal e Câmara dos deputados estavam marcadas para primeiro de março de 1930 e registraram uma campanha muito agitada na Paraíba.

As vésperas das eleições, João Pessoa convocou a Comissão do PRP para comporem as chapas de senador e deputados federais. Seu pensamento consistia em renovar a chapa, no que resultou a não candidatura de João Suassuna a deputado federal. Por conta da não candidatura de Suassuna houve a ruptura do coronelato governista com a presidência do estado.

O coronelismo, sistema arcaico e brutal, foi o principal sustentáculo político da República Velha (1889 – 1930). A concessão do oficialato da Guarda Nacional – milícia imperial criada em 1831 aos grandes proprietários de terras e escravos selou a ilegítima aliança entre o poder público e os interesses privados desses mandachuvas. Já na República, os ex-cativos e seus descendentes logo se incorporaram à esfera de influência eleitoral dos herdeiros da casa-grande. Desse modo, sucessivos governos estaduais e federais se elegeram com os “votos de cabresto” dos grotões. Embora haja muito a supremacia dos caudilhos rurais seja apenas um episódio de nossa história, suas nefastas consequências ainda fazem sentir na arcaria distribuição fundiária do país (LEAL, 1948).

Então João Pessoa assumiu o governo no dia 28 de outubro, que era o dia de posse tradicional dos governadores paraibanos. No dia 31 de dezembro houve eleições municipais. As eleições, apesar de viciadas, eram rotineiras. Elas eram constantes, entre as medidas de caráter político que João Pessoa resolveu reconhecer os resultados das eleições, quem as ganhasse tomaria conta do governo.

Mas quando começaram a falar em campanha sucessória presidencial, se esperou que João Pessoa, como todos os governos dos estados, ficasse com o presidente da república. E a oposição já estava se preparando para apoiar Getúlio Vargas. Entretanto, João Pessoa sai como Vice de Getúlio, com isto, a oposição passou a apoiar Júlio Prestes, com exceção de Partido Democrático, que se aliou a João Pessoa.

Naquele período não havia Justiça Eleitoral, as eleições eram presididas pelo Juiz Federal da capital, que em cada município havia três suplentes de Juiz Federal, existia uma manipulação.

Assim, quando o candidato era eleito deputado federal ou senador, tinha que passar pela Comissão de reconhecimento da Câmara dos Deputados ou do Senado. Essa comissão de reconhecimento muitas vezes desprezava o resultado e proclamava eleito o vencido, já era algo corriqueiro.

1. 2 - O movimento político

Nesse período a Paraíba se encontrava em uma situação política muito complicada, onde, a aliança Liberal queria lançar Getúlio Vargas como o sucessor do presidente do Rio Grande do Sul e o governador de Pernambuco são convidados a compor a chapa, mas recusa o convite, pois, já estava vinculado ao Catete.

Com isso a chapa toma a decisão de recorrer a Eptácio Pessoa, que indica seu sobrinho João Pessoa, para a composição da chapa. Então, o presidente da Paraíba sela a

candidatura respondendo a carta de não apoio a Júlio Prestes, que foi enviada ao Sr. Tavares Cavalcanti, que era coordenador da campanha situacionista.

Reunindo o diretório do partido, sob minha presidência política, resolveu não apoiar a candidatura do eminente Sr. Júlio Prestes à sucessão presidencial da república. Peço comunicar esta solução ao líder da maioria, em resposta a sua consulta sobre atitudes da Paraíba. Queria transmitir aos demais membros da bancada esta deliberação do partido, que conto todos apoiarão com a solidariedade sempre assegurada. Saudações (VIDAL, 1978, P.50).

Havia a grande insatisfação dos pequenos estados nordestinos em relação à questão tributária, já que, os estados com menor grau de exploração viviam em dificuldade pela baixa quantidade de tributos arrecadados. Gerando assim, o descontentamento das oligarquias que tinham o menor poder político e econômico.

A composição da chapa com um representante do Nordeste, que queria maior prosperidade e participação nas decisões políticas e econômicas do país. Ficaria mais fácil para a junção das forças. A Paraíba devido à influência de Epitácio Pessoa na política nacional teve maiores condições de compor a chapa oposicionista, formada por grandes e pequenos estados.

A oposição da Paraíba representava um significado a Aliança Liberal, pois pela primeira vez um estado que se curava diante do poder, se rebelou em busca de autonomia. O que realmente a Aliança Liberal representava naquela época, era um grupo de pressão em busca de maior representatividade dentro do sistema governamental.

A confirmação de Júlio Prestes como candidato a Presidência da República, fortalece a Aliança Liberal. Essa decisão afeta as relações entre o catete e os estados. Na Paraíba a reação foi imediata com a confirmação de apoio de João Pessoa a Aliança. Com isto, o desconforto entre governo federal e estadual era visível, representando total insatisfação ao povo paraibano que não se envolviam diretamente no embate pôr o poder entre elites, mas eram os mais prejudicados nessa disputa.

Neste momento, as vésperas das eleições de 1930, na Paraíba reuniram-se para a formação da chapa de senadores e deputados federais, foram vários nomes como: João Suassuna, Flavio Ribeiro Coutinho, Entre outros. Mas João Pessoa não abriu mão da candidatura de Carlos Pessoa, seu primo.

Este fato levou a ruptura dos coronéis do sertão paraibano com a administração estadual. O rompimento ficou marcado com um telegrama enviado por José Pereira, chefe

político de Princesa Isabel ao Presidente João Pessoa. O coronel da Princesa tinha a maior liderança no sertão paraibano.

As relações já não vinham bem desde a reforma tributária, instituída por João Pessoa e o não cumprimento com a chapa Epitacista, foi o movimento perfeito para o rompimento das relações. Havendo a disputa do grupo pessoista e os colirregionários de José Pereira, eclodindo na luta armada em Princesa Isabel. A Revolta de Princesa, como ficou mais conhecida o levante, se deu início em 1º de março de 1930, no mesmo dia das eleições nacionais. Sob o comando de José Pereira, juntamente com cerca de 2 mil homens armados, que partiram da Serra do Teixeira, em combate a batalhões da Polícia Militar do Estado. Em 09 de julho de 1930 foi decretado território livre em Princesa Isabel por decreto assinado por líderes locais. A cidade se declarou independente do estado da Paraíba, mas ficou subordinada politicamente aos poderes públicos federais.

Objetivo dessa revolta era, através de conflitos armados no interior, confundir insustentável no estado e provocando conseqüentemente uma intervenção federal no estado. Essa posição extrema teria seu efeito no afastamento de João Pessoa na Presidência e a extinção da reforma tributária.

CAPITULO 2

JOÃO PESSOA: DA POLÍTICA AOS CONFLITOS

2.1 - Antecedentes de João Pessoa

Uma criança nada comum, por sua inquietação que gritava e chorava mais que o normal, foi assim que surgiu João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e foi com essa irritabilidade e brutalidade que ergueu seu império político.

Nascido na casa grande, que fica na Vila Umbuzeiro, antiga província da Paraíba, aos dias 24 de Janeiro de 1878. Filho de um funcionário público Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque e de Dona Maria Raimundo Primo Cavalcanti de Albuquerque. Tendo seus avós paternos o Coronel José da Silva Pessoa e Henriqueta de Lucena Pessoa.

Passou a maior parte de sua infância entre as cidades de Cabaceiras e Guarabira. Sua rebeldia e brutalidade, a quem afirme, vinha da genética, pois, era bisneto de Henrique Pereira de Lucena, era uma das pessoas mais rebeldes que existia no período (MELO, 2003).

Aprendeu suas primeiras letras com o professor Salustiano Cavalcanti, que era administrador da repartição estadual das finanças daquela localidade. Logo após foi morar em Guarabira para servir de companhia a sua tia Feliciano Cavalcanti de Albuquerque Paes Barreto, que era esposa do coronel do exército Emiliano Barreto, daí se ver de onde surgiu a vontade de João Pessoa a seguir por um bom período a carreira militar.

Estudou em Guarabira tendo que interromper os seus estudos para ir ao Rio de Janeiro com o seu tio Eptácio Pessoa. Passando um bom período, regressou reiniciando os seus estudos no Liceu Paraibano, cursando Humanidades. Após o término dos estudos ingressou no 27º Batalhão de Infantaria. Mas no ano seguinte ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Seguiu a carreira militar mais por vocação do que por necessidade.

João Pessoa foi perdoado pelos seus altos que o apontavam por punição, mesmo sem fazer parte das revoltas e levantes que eram feitas por outros jovens militares. Ao sair da escola militar do Rio de Janeiro foi incorporado ao 4º batalhão de Artilharia de posição, que fica na cidade de Belém do Pará, onde vivia com seu primo João Pessoa de Queiroz, na qual passaram uma das piores fazes de suas vidas, pois não tinham como se manterem com o que era recebido do exército, chegando a fazer economias com o dinheiro dos alimentos, para garantirem a sua sobrevivência.

Passou por inúmeras dificuldades, chegando até a dormir em praça pública. Foi quando encontrou uma senhora que vendia em tabuleiros na rua, lhe dando abrigo e alimentação do pouco que possuía.

Não tendo mais meios de escapar da miséria, com a ajuda do general Sotero e Menezes conseguiram dar baixa no exército. Conseguindo empregar-se no comércio local, em uma casa de estivas, denominada Mercearia Farias. João Pessoa ficou como auxiliar e seu primo como despachante. Em seus novos trabalhos não recebiam muito, mas ao juntarem seus salários dava para se manterem melhor do que antes. João Pessoa mantinha uma forte amizade com seu primo que tudo o que comprava dividia.

Certa vez íamos os dois pelas ruas de Belém, sem rumo, com fome, quando vi no chão uma cédula de mil réis, apanhei-a cheio de alegria e corri pra trocá-la. Com a parte que me coube comprei quatro pães e duas latas de sardinha para o almoço e o jantar daquele dia, repartindo irmãmente com João Pessoa de Queiroz, que como amigo atravessava também as maiores privações (VIDAL, 1978, P. 14 a 15).

João pessoa era um pouco “afoito” e dado à libertinagem, teve um envolvimento com uma peruana, contraindo doenças seríssimas, ficou debilitado ao ponto de não poder nem andar, teve momentos de complicações, chegando a ficar à beira da morte.

Avaliando o estado do seu primo João Pessoa de Queiroz o embarcou em um vapor para a Paraíba, com a ajuda do Dr. José Paes de Carvalho e o visconde José Augusto Correia, onde ao chegar às terras paraibanas foi arrancado por vários familiares do beliche onde estava debilitado e tiveram os cuidados de sua mãe, eu com muita paciência e determinação e através de longos tratamentos consegui salvar João Pessoa da morte.

Ao se recuperar passou por vários períodos de miséria, onde finalmente conseguiu o emprego onde copiava textos ou documentos oficiais a mão da faculdade de Direito de Pernambuco, ingressou em 1898. Com isso veio à fortuna, ajudando os familiares a saírem da vida miserável, até tentou ajudar a Preta, senhora quem tanto lhe alimentou no Rio de Janeiro, mas sem sucesso por não há ter encontrado, ela foi dada por desaparecida.

Na faculdade ingressou no curso de Direito, onde estudava a trabalhava ao mesmo tempo. Formou-se em 1903. Sendo logo após professor da Escola Normal pinto Junior. Um dos momentos mais importantes da carreira jurídica de João Pessoa foi Quando ele representou a Paraíba, ao lado do senador Gama e Melo, no congresso Latino Americano, no ano de 1904.

Além de ter uma vida amorosa muito conturbada encontrou uma moça que lhe abriu o coração, a senhorita Maria Luiza de Sousa Leão Gonçalves, que era filha do desembargador Sigismundo Antônio Gonçalves e Dona Maria das Dores Leão Gonçalves, eram família tradicional pernambucana. Casaram-se em 23 de fevereiro de 1905.

Seu sogro era um influente, lhe ofereceu um emprego de professor no Ginásio Pernambucano. Além de querer lança-lo na carreira política como deputado estadual. Mas recusara, pois o chefe pernambucano Rosa e Silva era, então, rival do seu tio Epitácio, ficando apenas com o cargo de professor.

2.2 - A formação política

João Pessoa ingressa na vida pública através do apoio de seu tio Epitácio Pessoa, que em 1928, ao se aproximar do dia da escolha do novo presidente do Estado, João Suassuna ao consulta-lo indicou seu apoio a Júlio Lyra, senador o seu sucessor.

Mas havia a Oligarquia Epitacista que surgirá em 1915, através dessa consulta de Suassuna, Epitácio viu a possibilidade de fortalecer e permanecer nessa oligarquia apoiando-se e indicando o seu sobrinho João Pessoa, que era ministro no Rio de Janeiro, fazendo dele o novo candidato ao governo paraibano.

A oligarquia Epitacista surgiu desde 1915, quando Epitácio fixou-se em cargo político, tendo seu governo entre os conflitos com a oligarquia Machado/Leal, que eram contra sua candidatura a governador e por ser candidato rude e autoritário (MELO, 2003, P. 22).

Entretanto de início João Pessoa não aceitou, durando certo tempo pra dar a sua resposta de confirmação. Mas como ele obedecia e era cativo ao seu tio, além de haver imposição e de favores, aceitando assim o seu desejo. Feito isso, em 3 de janeiro de 1928, Epitácio escreveu a Suassuna vetando definitivamente o nome de Júlio Lyra e fazendo a indicação oficial do seu sobrinho.

Como já acontecerá em outras eleições, os opositores não apresentaram candidatos, portanto, não tendo adversários no pleito, João Pessoa é eleito presidente da Paraíba em 22 de julho de 1928. Tendo como 1º vice-presidente o deputado federal Álvaro de Carvalho e como 2º vice-presidente Júlio Lyra. Durante 4 anos que foi das eleições a posse ficou em silêncio, sem qualquer tipo de manifestação ou aparecimento público, continuou reservado como foi

adquirido o costume através de seus pais. Enquanto isso estudava as deficiências e buscava soluções para os problemas apresentados em seu Estado.

Manteve este silêncio conservador, abandonou uma vida privilegiada na capital e sem a companhia da sua família, para administrar o estado pobre da Paraíba. Além de contrariar forças poderosas como o coronelismo local, que era caudatário da política dos governadores, para reformar a vida administrativa e política do estado, rompendo com o Governo Federal para defender a autonomia do estado da Paraíba.

João Pessoa assumiu o governo em 22 de outubro de 1928, sendo que, o mesmo só durou 1 ano e 9 meses. Além de ter feito muitos benefícios para o estado, ele era temperamental e arrogante, era severo ao ponto de não poupar ninguém. Fez uma verdadeira reviravolta no governo, enxugou a máquina administrativa, provocou a reforma tributária instituindo vários impostos. De fato que com as arrecadações pagou-se à maioria das dívidas do estado, mas muitos desses impostos eram institucionais.

João Pessoa precisando de recursos para restaurar as estradas instituiu um pedágio que era cobrado com rigor militar, para isto mandava colocar porteiros em todas as estradas, mesmo as federais e passou a cobrar taxas para veículos de toda natureza. Dessa taxa não escapava nem carroça de boi, nem cavalo. Para ir às feiras dentro do próprio município, as pessoas tinham que cumprir esta rigorosa obrigação fiscal pagando por cada cavalo de carga ou de montaria a importância de 300 réis (TRIGUEIRO, 1982).

Com essa tributação ficou conhecido como João Porteira. Além de fazer reforma política, nomeou novos secretários, tenentes foram nomeados e prefeitos substituídos ao longo da sua convivência. Era um governador totalmente desconfiado, tinha sempre um olhar diferenciado para cada funcionário.

Rancoroso perseguitivo, brigou com quase todos os seguimentos e instituições da sociedade paraibana, quis derrubar conceitos e costumes enraizados há anos. Seria até um bom administrador se não fosse tão arrogante.

João Pessoa quis derrubar conceitos e costumes enraizados há anos, mas encontrou resistência, um dele foi com a igreja, quando tentou obrigatoriamente o casamento civil com o religioso. Até hoje não se sabe o porquê ele orientado pelo tio Eptácio, quis também retirar a expressão “Em nome de Deus” da Constituição, recebendo de imediato o protesto por parte da arquidiocese. Os deputados foram enfáticos ao dizerem: “Entre Eptácio e Deus, nós preferimos ficar com Deus” (TRIGUEIRO, 1982)

Por várias vezes foi advertido por seu tio Eptácio e pelo chefe de segurança José Américo. Certos momentos do seu governo tomaram proporções relevantes, por exemplo; nos seus últimos 6 meses de governo, a verba arrecadada serviu para reforçar a polícia e equipar os revoltosos em suas lutas sangrentas e desnecessárias. Pode-se dizer que João Pessoa fez um governo contraditório e ao esmo tempo deixou marcas profundas na história da Paraíba que poderiam não ter vingado se não fosse a sua postura autoritária e truculenta.

Em meio a esses conflitos revoltosos João Pessoa negava apoio à candidatura de Júlio Prestes, criando uma divisão de seus próprios colirregionários. Em reunião com a comissão do Partido Republicano da Paraíba, ele determinou que nenhum de seus candidatos à eleição, que seria a nova regra criar oportunidade a novos líderes. Mas João Pessoa abriu mão da regra para o seu primo Carlos Prestes, permitindo que ele fosse o único candidato entre os excluídos, gerando uma rivalidade entre seus aliados partidários.

Fazendo com que a relação de João Pereira fosse imediata, ao ver Suassuna prejudicado, tendo um choque inevitável, onde os excluídos lançaram chapa própria, liberada por Heráclito Cavalcante, que a partir do momento do rompimento passou a ser beneficiado pelo Governo Federal.

João Pessoa ao saber que iria perder as eleições colocou a polícia para vigiar o pleito. Por conta dessas rivalidades várias batalhas foram travadas. A Paraíba se transformou em um verdadeiro caos com o acirramento político, se agravando cada vez, mais e mais, tornando o governo de João Pessoa insustentável e violento.

2.3 - Conflitos: João Pessoa x José Pereira

Conviver com João Pessoa não era tarefa fácil. Se fosse contrariado se tornava sarcástico e irascível, raramente alguma coisa o fazia mudar de ideia.

Com imponência e espírito de liderança, as vésperas das eleições teve a infeliz ideia de visitar José Duarte Dantas e José Pereira em Princesa Isabel. Não havia se cansado de perseguir os coronéis que protegiam assassinos e bandidos nas suas fazendas, como fizera anteriormente. Sem pensar nas consequências João Pessoa demonstrou que iria perseguir os protetores de bandidos até os próprios bandidos, sem poupar a ninguém com a ajuda da Milícia.

A situação veio a se agravar quando João Pessoa no palácio exaltou-se chamando José Pereira de chefe de cangaceiro. José pereira era dono de vasto prestígio no sertão paraibano.

Pois com a morte de seu pai Cel. Marcolino Pereira Lima foi obrigado a interromper os estudos para assumir a chefia da família, da política e de seus negócios. Sendo ele também aliado de Epiácio Pessoa, ao apoiar a candidatura do próprio João Pessoa.

João Pessoa se exaltou no palácio e chamou José Pereira de “chefe de cangaceiro”. Com isto José Pereira retruca, dizendo que esses cangaceiros são os eleitores do seu tio Epiácio. Desde esse dia o chefe de Princesa nunca mais pisou em palácio, nunca mais voltou a capital do estado, ficando reservado no seu reduto (MELO, 2003, p. 208).

Mas quando José Pereira ao vir Suassuna prejudicado com a exclusão de nomes de candidatos feito por João Pessoa resolveu criar uma nova chapa, sendo que a decisão de João Pessoa permanecera criando a rivalidade entre os dois e de fato José pereira possuía um batalhão sediado em Princesa Isabel, com o propósito de combater os cangaceiros na região e ajudar a polícia.

Na visita João Pessoa foi recebido de forma acolhedora, pensava ele que José Pereira teria aceitado a sua posição. Mas Pereira ficou intrigado com o feito de João Pessoa no momento em que recebeu a informação das candidaturas feitas por Pessoa, sem ter havido nenhuma forma de diálogo com ele, oficializando assim a sua nova chapa.

Confirmado o rompimento com a oficialização de José Pereira, João Pessoa tomou a decisão de represaria, ordenando a ida Princesa um contingente da Polícia Militar que irá substituir a milícia própria de José Pereira, tendo o coronel não mais como aliado e sim como perigoso inimigo. Ao mesmo tempo ordenado à tomada de Teixeira, pertencente à família Dantas, que também se opôs a ele.

Várias tentativas de conciliação foram feitas por Suassuna e Epiácio, mas não ocorrerá, pois João Pessoa preferiu para a luta armada. Da mesma maneira foi José Pereira que resolveu enfrentar João Pessoa, acreditando que conseguiria uma intervenção federal, mas sem sucesso.

Iniciaram uma verdadeira guerra entre Perepistas e Liberais que chegou a durar cerca de seis meses e até hoje é considerado como maior derramamento de sangue em toda história da Paraíba.

Os combates armados se iniciaram em Teixeira, com os moradores sendo surpreendidos com tiroteios, que acionaram os soldados chefiados por membros da família Dantas, que era aliada ao coronel José Pereira e João Suassuna. O chefe de Princesa enviou para Teixeira seus homens para tentarem retomar o município. Os oficiais do governo

conseguiram se manter no local com a ajuda de outros policiais militares, comandado pelo tenente João Costa.

João Pessoa ordenou a retirada dos funcionários civis da Princesa e a demissão do prefeito e do vice que com o desenrolar dos conflitos José Pereira chegou a ter em armas cerca de dois mil indivíduos, a maioria de péssima fama e o apoio de vários coronéis. Entretanto a Polícia Militar lutava mal armada, devido ao Governo Federal impedir a Paraíba de importar armamentos.

A pessoa de Queiroz eram primos e inimigos de João Pessoa, por ele ter lhes obrigado a pagar impostos. Eles eram opulentos negociantes e industriais no Recife, principalmente de Campina Grande aos fins do Sertão, dotado de recursos para patrocinar os armamentos dos conflitos (AGUIAR, 2003, P. 163).

Enquanto isso, os cabras de José Pereira lutavam bem armados, pois tinham a ajuda dos irmãos Pessoa de Queiroz além da ajuda do governador de São Paulo Júlio Prestes, que pretendia derrubar João Pessoa.

Uma das maiores tomadas dos militares durante os combates foi à posse de Tavares, que se integrava naquela época ao município de Princesa Isabel. Mas ao fazerem a tomada, João Costa viu-se acuado pelos combatentes de José Pereira, que cercaram o local, ficou como prisioneiro e desesperou-se. Seus soldados foram aos poucos perdendo as forças, a munição ficou escassa com rígido controle, eram humilhados e passavam fome e sede.

Pediram auxílio QG de Piancó, mas com pouco sucesso, pois haviam de atender aos outros postos de combate e fingiam o não recebimento dos contatos por parte dos prisioneiros de Tavares, deixando-os acuados e consternados com a situação calamitosa.

“Coluna Vitória ou Coluna de Derrota, foi criada com a intenção de derrotar José Pereira e tomar posse de Princesa. Comanda por o sargento que já havia vencido o confronto de Livramento, conta os rebeldes de Princesa” (MELO, 2003, p. 232).

Uns grupos de quarenta homens se esconderam nas trincheiras, deixando a coluna passar e o restante aguardava mais a frente, ficando a coluna entre os homens de José Pereira, ocorrendo o massacre com tiroteios e lutas corporais.

O combate tinha o caráter de ação surpresa. Encolhida entre dois fogos, a coluna estacionou, com os caminhões imprensados, sem poder avançar nem recuar,

chocando-se, incendiando-se num rolo de ferro partido e corpos despedaçados. O da frente arrancou e pegou fogo. A coluna, feita em pedaços, acabou desarticulada. Os poucos que abandonando as armas pularam dos carros sob as descargas. Uns baqueavam e outros ficavam enganchados. Foi horrível a mortandade. Os pobres recrutas abrigavam-se atrás dos caminhões e eram dizimados. O comandante foi à primeira vítima. Posto fora de combate, ninguém mais se entendeu. Estavam uns pendurados nos carros, outros queimados, tudo destroçado (MELO 2003, P. 240).

De 180 homens apenas 20 conseguiram fugir e chegar a Tavares, os demais foram mortos, inclusive o tenente. As armas e munições foram entregues a José Pereira, parte dos caminhões foram queimados e os corpos enterrados em valetas como indigentes.

Retornou o bando para Princesa, com armamentos novos, com o intuito de utilizarem no combate final. Ao saber do resultado João Pessoa caiu em tristeza, mas não se rendera, preferia morrer a entregar o governo.

Após esse ocorreram ainda vários conflitos, como em Boa Ventura, Sítios, Alagoa Nova, Manguenza, Nova Olinda, Patos, entre outros. Além disso, um batalhão chegou a ficar 15 metros de Princesa, mas foram reprimidos pelos soldados de José Pereira, possuindo ele nesse momento apenas uma parte do seu território.

Entretanto, veio o assassinato de João Pessoa, dando fim à revolução, tendo após alguns dias, a ocupação de Princesa pelo Exército Militar, entregando o município ao Governo federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi abordado a revolução de 1930 foi um dos principais marcos históricos do nosso país, por ser o período que o Brasil vinha se recuperando de uma bruta crise financeira, devido à crise mundial do capitalismo, onde os cafeicultores não tinham como exportar, gerando diversas revoltas envolvendo a participação da Paraíba como um dos estados mais prejudicados.

Essa revolução ocorreu devido ao fato dos cafeicultores perderem poder, desestruturando a base política nacional, havendo desacordos de quem seria o novo candidato a presidência, gerando conflitos entre os principais partidos PRP e PRM, na qual originou-se a Aliança Liberal, que provinha de um agrupamento político que reunia grandes líderes. Na Paraíba se iniciara no momento em que João Pessoa passa a negar apoio as candidaturas, seguindo a sua rigidez política e ordens de Epitácio Pessoa.

João Pessoa travou sangrentas revoltas com o intuito de contrariar o governo federal e tomar posse das terras paraibanas, antes mesmo da sua vitória nas disputas eleitorais. Na qual teve um dos maiores acirramentos com o coronel José Pereira, pois, pretendia ter a tomada de Princesa Isabel, chegando a ter cerca de 800 vítimas nesse combate sem sucesso.

Durante toda a pesquisa viu-se que João Pessoa era um homem sem escrúpulos e queria de qualquer forma a tomada do poder das terras paraibanas e do poder, sendo que só se tornara governador do estado a pedido do seu tio Epitácio, levando a ter dificuldades para se saber ao certo qual era o objetivo dessa revolução, pois, João Pessoa não apoiara os partidos, mas seguia ordens do seu tio que os apoiavam.

Conclui-se que o objetivo dessa revolução que movimentou diversos estados, vitimou centenas de pessoas e que surgiram várias controvérsias ao longo da sua história, foi o impedimento da posse de Júlio Prestes como Presidente da República pelos opositores, que no período da crise econômica no Brasil se candidatara a presidência sem o consenso dos demais partidos.

A revolução nada mais foi que uma tentativa de impedimento do governado por termos da perda do seu poder. Através dessas pesquisas pode-se gerar futuras investigações acerca desse embate político que ficou como um marco na historiografia paraibana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Welliton. João Pessoa: Reformador. Editora Ideia, João Pessoa, 2003.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. Editora Alfa-ômega, São Paulo, 1975.

MELO, Fernando. João Pessoa. Uma Biografia. 3ª edição. Editora Ideia, João Pessoa, 2003.

TRIGUEIRO, Antônio Paulo. Uma trama Revolucionária? Do Tenentismo à Revolução de 30. 9ª edição, Editora Atual S/A, São Paulo, 1998.

VIDAL, Ademar. João Pessoa e a Revolução de 30. Coleção Depoimentos. Editora Graal, João Pessoa, 1978.